



UFRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

LYGIA CRISTINA VALENTE PINHEIRO

**OS IMPACTOS NO PODER DE COMPRA DO CONSUMIDOR BRASILEIRO
DURANTE A CRISE DE 2015 - 2017**

RIO DE JANEIRO

2019

LYGIA CRISTINA VALENTE PINHEIRO

**OS IMPACTOS NO PODER DE COMPRA DO CONSUMIDOR BRASILEIRO
DURANTE A CRISE DE 2015 – 2017**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:
Prof. Dr. Luiz Antonio Ochsendorf Leal

RIO DE JANEIRO

2019

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Eu, Lygia Cristina Valente Pinheiro, venho declarar que:

- 1) Esta monografia é resultado de minha própria capacidade intelectual e organizacional e que todos os créditos de fontes de informação de terceiros estão indicados de acordo com a metodologia científica;
- 2) Nenhuma parte desta pesquisa foi apresentada anteriormente em qualquer outra qualificação;
- 3) Estou ciente das implicações legais do Art. 184 do Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei 2848 de 7 de dezembro de 1940 - violação dos direitos do Autor) no que diz respeito às condutas ilícitas de fraude ou plágio.

Rio de Janeiro, RJ, 31 de outubro de 2019.

Lygia Cristina Valente Pinheiro

AGRADECIMENTOS

Reservo este espaço para agradecer a todos que, de alguma forma, foram essenciais para que esta monografia se concretizasse.

Primeiramente, agradeço ao corpo docente da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis por toda dedicação e comprometimento nos ensinamentos transmitidos durante esses 4 anos.

Ao meu orientador, o professor Luiz Antônio Ochsendorf Leal, por ministrar aulas com paixão e entusiasmo, me mostrando a importância das finanças pessoais. Obrigada por todo incentivo e por todo o conhecimento compartilhado.

A minha família, por todo o suporte e incentivo durante a vida, sem medir esforços para me proporcionar a melhor educação possível.

Aos meus amigos, Alana Aranha, Amanda Cambra, Carlos Abreu, Débora Charles, Fernanda Melo e Luiz Guilherme Campos. Obrigada por estarem sempre ao meu lado e tornarem essa jornada mais leve e prazerosa.

Por fim, a todos que de alguma forma me ajudaram a tornar este sonho realidade.

“A educação é a arma mais poderosa que
você pode usar para mudar o mundo.”

Nelson Mandela

RESUMO

O poder de compra é um assunto de grande importância e interesse pela população brasileira, pois possui relação direta com o poder aquisitivo de cada um. Em períodos de grande instabilidade e oscilação econômica, saber ler e interpretar indicadores econômicos tão presentes no dia-a-dia é fundamental para se ter um maior controle sobre as finanças pessoais e, com isso, um maior aproveitamento sobre o salário. Com isso, este estudo visa demonstrar ao leitor o impacto sobre o poder de compra a partir da análise de quatro indicadores econômicos: Produto Interno Bruto, Inflação, Taxa de Juros e Taxa de Desemprego. Para tal, foram utilizados dados extraídos de fontes como IBGE e Banco Central, que, a partir de gráficos, permite ao leitor entender as interdependências entre as variações de cada um. Assim, o cidadão passa a possuir melhores ferramentas para entender o que acontece a sua volta e a planejar suas finanças, sendo menos impactado em momentos de crise e recessão econômica.

Palavras-chave: Poder de Compra; Inflação; Taxa de Juros; Taxa de Desemprego; Produto Interno Bruto; Crise Econômica Brasileira.

ABSTRACT

Purchasing power is a subject of great importance and interest for the Brazilian people because it has a strict relationship with the consumer buying power. In times of instability and economic oscillation, it is very important to read and interpret economic indicators on a day-to-day basis, because they are key to have greater control over personal finances and thereby making better use of personal wages. Thus, this study aims to demonstrate to the reader the impact on purchase power from the analysis of four economic indicators: Gross Domestic Product, Inflation, Interest Rate and Unemployment Rate. For this, data extracted from sources such as IBGE and Central Bank were used as graphs to allow the reader to understand the interdependencies between each other. In this way, citizens can have better tools to understand what happens around them and how to plan their finances, being less impacted in times of crisis and economic recession.

Key-words: Purchasing Power; Inflation; Interest Rate; Unemployment Rate; Gross Domestic Product; Brazilian Economic Crisis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Distribuição de Renda entre Classes no Brasil (2019).....	14
Figura 2	A Evolução do Salário Mínimo no Brasil (2010 – 2018).....	16
Figura 3	Preço da Cesta Básica de Alimentos em R\$ (2010 – 2018)	16
Figura 4	O Indicador Ipea de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) (2015 – 2017) (Índice 1995 = 100)	19
Figura 5	Produto Interno Bruto - Brasil (2014 – 2017).....	20
Figura 6	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (2014 – 2017).....	21
Figura 7	Aumento Real do Salário Mínimo (2014 – 2018)	22
Figura 8	Comparação entre SELIC e IPCA anuais (2014-2018).....	24
Figura 9	Taxa de Desemprego no Brasil (2014 – 2018).....	25

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	Contextualização	9
1.2	Motivação	10
1.3	Objetivos	10
1.3.1	Objetivo Geral.....	10
1.3.2	Objetivos Específicos	10
2	REVISÃO DA LITERATURA	11
2.1	A Formação de Classes Sociais.....	11
2.2	O Poder de Compra	14
2.3	Definição de Termos e Índices Utilizados	16
3	IMPACTOS DA CRISE NO PODER DE COMPRA.....	18
3.1	Cenário Político e Econômico	18
3.2	Impactos na Economia Durante a Crise	20
3.2.1	Produto Interno Bruto (PIB)	20
3.2.2	Inflação	21
3.2.3	Taxa de Juros.....	23
3.2.4	Desemprego	24
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	28

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

Entre o período de 2015 a 2017, o Brasil se encontrava em uma forte crise política e econômica. As constantes retrações do PIB, as crescentes taxas de desemprego, o aumento da inflação e conseqüentemente os cortes nas taxas de juros resultaram em um cenário de grande instabilidade política, crise de confiança e rebaixamento do grau de investimento Brasileiro por grandes agências de risco mundiais.

Entretanto, para entender como este quadro foi formado e suas principais conseqüências, é preciso analisar o contexto político e econômico da época. Em janeiro de 2015, em uma das eleições mais acirradas da história, Dilma Rousseff tomava posse em seu 2º mandato como presidente da república. Em um cenário nebuloso e tomado por desconfiança, Dilma enfrentava níveis crescentes de rejeição, enquanto a população assistia diariamente à queda de índices econômicos que teriam um grande impacto em suas vidas.

Em linhas gerais, em menos de 10 anos o Brasil viu seu Produto Interno Bruto (PIB) sair de um crescimento de 7,5% - registrado em 2010 - para o que seria a pior crise já registrada até então, com duas retrações anuais consecutivas (2015 e 2016) e o índice atingindo a marca de -2,2%, o que não havia ocorrido desde 1930, quando foram sentidos globalmente os impactos da Grande Depressão americana. A taxa média de desemprego passou de 6,8% (2014) para 13,7% (2017), afetando seriamente o poder de compra do trabalhador e da população em geral.

Para uma compreensão geral do tema, será necessário voltar ao passado buscando entender os diversos aspectos da construção social do Brasil, que se traduz hoje pela formação de um dos países mais desiguais do mundo, com altas taxas de concentração de renda e disparidades sociais. Através da análise do comportamento de importantes indicadores econômicos durante a crise, será mostrado de que forma o comportamento negativo da economia afeta, de diferentes formas, o poder de compra das diversas classes existentes atualmente.

Entender o funcionamento da economia e seus impactos é de grande importância, pois permite à população uma gestão mais eficiente e precisa de suas finanças pessoais.

1.2 Motivação

A principal motivação deste estudo é entender quais são os principais índices que afetam o poder de compra do consumidor e seus impactos. Através de uma análise geral do período de 2015 a 2017, será estudado de que forma tais índices influenciam o dia-a-dia da população, pois saber analisar o cenário político-econômico em que o país se encontra torna possível ao cidadão se planejar e não ser impactado de forma tão abrupta por tais cenários, que estão em constante mudança.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo desse estudo será mostrar de que forma o poder de compra da população brasileira foi afetado durante a crise iniciada em 2015.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Compreender as definições e o comportamento da taxa de desemprego, taxa de juros, inflação e PIB.
- Identificar quais componentes deverão ser considerados ao se estudar o poder de compra da população.
- Analisar de que forma o cenário político e econômico influencia nas variações no poder de compra da população, podendo tanto aumentá-lo como diminuí-lo.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 A Formação de Classes Sociais

A divisão da sociedade em classes não é um fenômeno recente, e para entender suas origens é preciso voltar aos séculos XVII e XIX. Durante esse período, graças a uma burguesia de alto poder aquisitivo e uma localização estratégica, foi desenvolvida na Inglaterra a Primeira Revolução Industrial, período marcado pela transformação nos métodos de produção. O trabalho artesanal - até então predominante -, era caracterizado por artesões que trabalhavam em suas casas na cadeia completa de produção. Este modo de trabalho passou lentamente a ser substituído por manufaturas, onde o trabalho ainda possuía a característica artesanal, mas com os primeiros indícios de divisão de trabalho: Nesse momento, o trabalhador não era responsável por todo o processo de produção, mas sim por um processo específico, o que facilitava e agilizava a produção.

Logo após, com o avanço das tecnologias da época, foram sendo criadas máquinas cada vez mais eficientes e velozes, sendo a máquina a vapor um grande exemplo desse avanço. O trabalho passou a ser realizado em fábricas, durante longas jornadas de trabalho. Assim, ao utilizar máquinas que realizavam o trabalho de forma mais rápida que os homens, os artesões viram seu trabalho virar uma mercadoria, uma vez que eles passariam a receber um salário correspondente a sua mão de obra e não mais ao produto produzido. A burguesia, classe composta pelos donos das fábricas, era a grande beneficiada, pois lucrava cada vez mais com o aumento da produção.

Os indivíduos isolados só formam uma classe na medida em que têm que manter uma luta comum contra outra classe; no restante, eles mesmos defrontam-se uns com outros na concorrência. Por outro lado, a classe autonomiza-se em face dos indivíduos, de sorte que estes últimos encontram suas condições de vida preestabelecidas e têm, assim, sua posição na vida e seu desenvolvimento pessoal determinados pela classe, tornam-se subsumidos a ela. Trata-se do mesmo fenômeno que o da subordinação dos indivíduos isolados à divisão do trabalho, e tal fenômeno não pode ser suprimido se não se superam a propriedade privada e o próprio trabalho (MARX & ENGELS, 1986, p. 84).

Neste momento já é possível perceber a formação de duas classes antagônicas: a burguesia, composta pelos donos dos meios de produção e que

buscava o aumento de seu capital, e os operários, que trabalhavam para a burguesia em fábricas insalubres, com uma jornada de trabalho exaustiva e recebendo um salário insuficiente para sua subsistência. O desenvolvimento de meios de produção cada vez mais modernos e velozes, a migração da força de trabalho dos campos para as cidades e as constantes mudanças no dia-a-dia e no consumo da população são apenas alguns dos fatores que contribuíram e continuam a contribuir para uma crescente desigualdade entre classes sociais.

No Brasil, o processo de revolução industrial se desenvolveu tardiamente. Isso deve-se ao fato de o país ter sua economia baseada, principalmente, na agro-exportação. Em 1929, a queda da bolsa de valores de Nova York afetou seriamente a economia mundial, e o Brasil viu sua exportação de café – principal produto da época – cair drasticamente, entrando em crise. Essa crise levou a elite cafeeira, detentora de capital na época, a investir seu dinheiro em novas formas de produção, como a produção industrial. Essa transição se deu graças a alianças políticas internas autoritárias e conservadoras, mas que não vieram acompanhadas de reformas clássicas e essenciais como a agrária, tributária e social. Com isso, houve a expansão e o acúmulo de terras por partes de grandes latifundiários, o Estado se viu incapaz arrecadar tributos de forma suficiente para se sustentar, e as classes mais baixas da população eram deixadas cada vez mais às margens, não tendo seus interesses atendidos.

Desta forma, o cenário de exclusão e marginalização da população mais pobre começou a se expandir. Ao passo em que se modernizavam os meios de produção e a industrialização, aumentavam também as desigualdades sociais. Assim como ocorrido na Inglaterra durante a Primeira Revolução Industrial, o país se via cada vez mais dividido entre os donos dos meios de produção, com grande poder e influência política, e os operários, classe trabalhadora constantemente explorada e sem nenhuma influência política.

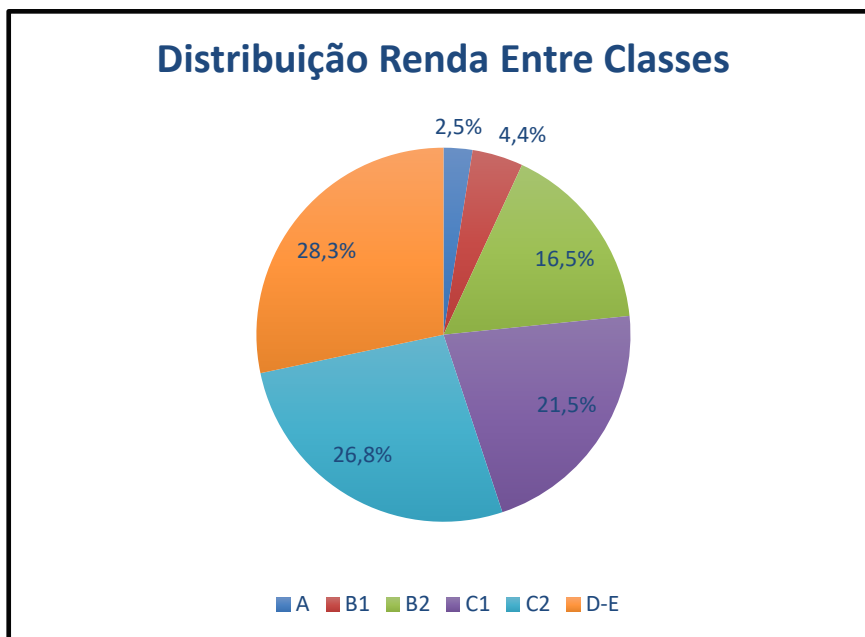
Pode-se notar, então, que mesmo após aproximadamente 90 anos de desenvolvimento econômico e tendo se tornado uma das maiores economias mundiais, a riqueza produzida no Brasil continua concentrada na mão de poucos grupos. Analisar a construção desse cenário de forma generalista requer cautela, pois por se tratar de um período extenso e complexo, há muitos fatores a serem considerados. De qualquer maneira cabe dizer que, de forma geral, a mobilidade

entre classes sociais não foi impactada significativamente, resultando na crescente desigualdade social entre os mais ricos e os mais pobres até hoje.

Atualmente, no Brasil, a divisão em classes é feita pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (Abep), que substituiu o termo “classes sociais” por “classes econômicas” e possui a intenção de estimar o poder de compra da população urbana. Para tal, não é levado em consideração apenas os rendimentos pessoais, mas também 35 variáveis de renda permanente que modificam de forma significativa o resultado da pesquisa. Dentre eles, podemos destacar a posse de bens duráveis, educação, moradia e acesso a serviços públicos. Também somam pontos itens como automóveis, televisões coloridas e máquinas de lavar. Este critério, o mais abrangente atualmente, propõe a divisão da sociedade em seis estratos socioeconômicos, sendo eles: A, B1, B2, C1, C2 E DE.

Além dos critérios já citados acima, também é considerado para fins de pesquisa a renda média domiciliar. Ela se apresenta da seguinte forma: Classe A – R\$ 25.554,33; Classe B1 – R\$ 11.279,14; Classe B2 – R\$ 5.641,64; Classe C1 – R\$ 3.085,48; Classe C2 – R\$ 1.748,59 e, por fim, Classe DE – R\$ 719,81. Cabe ressaltar que esses dados referentes a renda média, ao serem analisados de forma isolada, não fornecem um resultado adequado. É preciso, também, considerar a série de variáveis já citadas anteriormente.

Figura 1 — Distribuição de Renda entre Classes no Brasil (2019)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (Abep) - 2019

Conforme análise da Figura 1, observa-se que a maior parte da população se encontra nas classes mais baixas, C2 e DE. Somadas, elas representam mais de 50% de toda população, enquanto as duas classes mais altas, A e B1, não representam nem 10% desse total. O quadro nos mostra que, apesar do passar dos anos, a desigualdade e a concentração de renda por classes mais altas continua a existir, dando sequencia a tendência iniciada, como visto, antes processo de industrialização nacional.

2.2 O Poder de Compra

De forma geral, o poder de compra pode ser definido como a quantidade de bens e serviços uma pessoa pode adquirir em um determinado período e em uma mesma moeda. Sabemos que o valor do dinheiro não permanece constante no tempo e possui a tendência a ser valorizado ou desvalorizado, sendo necessário o desembolso de uma quantia maior ou menor na compra de um mesmo bem. De itens simples, baratos, e essenciais ao dia-a-dia até os mais caros, supérfluos e luxuosos, tudo o que pode ser comprado está suscetível a mudança de preços, e dificilmente o valor desembolsado em algo se manterá constante ao passar dos

anos. As vezes a mudança se dá de forma lenta e gradual, não apresentando grandes variações, mas nem sempre é assim. É necessário, então, entender quais são as variáveis que influenciam na oscilação dos preços, e entender também como essa oscilação impacta o poder de compra do consumidor.

É importante destacar que estudar o poder de compra requer atenção, pois alguns fatores podem influenciar significativamente o resultado das pesquisas. Podemos citar alguns exemplos: Fatores geográficos, pois o poder de compra pode variar entre cidades e estados de um mesmo país e fatores temporais, pois o poder de compra tende a ser alterado com o passar do tempo. Também é importante notar que as classes econômicas descritas anteriormente (A, B1, B2, C1, C2 E DE) são impactadas de formas diferentes, e também é preciso levar isso em consideração.

Para exemplificar, simularemos tal impacto utilizando como base o valor do salário mínimo (figura 2). Em uma análise simples considerando os anos de 2010 a 2018, é possível verificar que o salário mínimo cresceu 15%. Porém, este indicador sozinho não nos permite grandes conclusões. Acrescentamos, então, a variação do valor da cesta básica de alimentos no mesmo período, em cidades das cinco regiões do Brasil. O maior aumento foi de 108%, registrado no Rio de Janeiro, seguido por Brasília, Porto Alegre, Salvador e Belém, com 94%, 89%, 80% e 79%, respectivamente.

Podemos concluir, também, que em 2010 a cesta básica de alimentos correspondia a 26% do salário mínimo no Rio de Janeiro e 22% em Salvador. Em 2018, observa-se que esses valores subiram para 44% e 35%, respectivamente. Vemos, então, que o valor do salário mínimo não acompanhou o de itens da cesta básica, resultando em um menor poder de compra por parte do consumidor.

Figura 2 — A Evolução do Salário Mínimo no Brasil (2010 – 2018)



Fonte: DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Figura 3 — Preço da Cesta Básica de Alimentos em R\$ (2010 – 2018)

Ano	Brasília	Rio de Janeiro	Porto Alegre	Belém	Salvador
2010	214,47	213,77	236,55	204,62	185,77
2011	255,65	252,24	254,70	228,55	209,49
2012	259,59	271,71	274,63	248,77	214,21
2013	307,14	303,86	309,33	280,51	267,65
2014	304,09	310,52	321,05	296,39	265,86
2015	353,60	353,51	361,11	310,78	299,17
2016	451,76	448,06	432,64	374,50	349,26
2017	432,65	440,16	453,67	406,40	359,75
2018	416,50	443,81	446,69	366,99	333,98

Fonte: DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

2.3 Definição de Termos e Índices Utilizados

Para uma análise correta e mais precisa sobre as variações do poder de compra, este trabalho será baseado em alguns índices econômicos. Serão abordados e aprofundados os conceitos de inflação, PIB, taxa de desemprego e taxa de juros. “Inflação é o aumento dos preços de bens e serviços. Ela implica diminuição do poder de compra da moeda. A inflação é medida pelos índices de preços. O Brasil tem vários índices de preços. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) é o índice utilizado no sistema de metas para a inflação.”

(BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019)”. Para o cálculo da inflação, é levado em conta a variação do custo da cesta do IPCA durante determinado período, que reflete os padrões e hábitos de consumo de famílias com renda mensal de 1 a 40 salários mínimos. Esse custo é composto por: Transporte, Alimentação e Bebidas, Habitação, Saúde e Cuidados Pessoais, Despesas Pessoais, Comunicação, Educação e Vestuário. A inflação, tão presente no dia a dia, gera consequências além da percebida de forma mais clara pelo consumidor, que é o aumento de preços. Com o aumento da taxa de inflação há também o aumento do custo da dívida pública e das incertezas sobre a economia, prejudicando o crescimento do país. O Banco Central também é responsável por uma política monetária que visa o controle da inflação, através do controle da taxa de juros e da quantidade de dinheiro na economia.

Com preços estáveis, todos podem se planejar melhor. Empresas têm melhores condições para realizar investimentos e as famílias para avaliar quanto vão gastar ao longo do mês. Nesse contexto, há condições mais propícias para que a economia cresça, favorecendo a criação de empregos e o aumento do bem-estar na sociedade. Cabe ressaltar que a inflação alta prejudica principalmente as famílias de baixa renda, uma vez que estas têm mais dificuldade de se proteger contra a perda do valor real da moeda. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019).

Será analisada também a taxa de desemprego, que gera consequências importantes na economia. Um nível maior de desemprego gera um nível menor de consumo por parte das famílias, o que pode afetar seriamente o PIB, indicador que mede a soma de todos os produtos e serviços finais produzidos pelo país. Um PIB menor, por sua vez, desestimula o crescimento da economia e de possíveis investimentos, o que também tende a refletir em um aumento no número de desempregados, pois muitas empresas acabam fechando as portas e demitindo seus funcionários. Neste cenário, o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, tende a reduzir a taxa de juros: uma taxa de juros menor diminuiu o custo do crédito, estimulando as famílias a aumentarem o consumo. Nos capítulos seguintes, serão aprofundados cada um desses itens, além de explicadas as possíveis relações entre eles. O estudo terá como foco principal a crise de 2015 a 2017, que se tornou uma das piores da história do Brasil. Com índices delimitados e a análise de um período de intensos impactos negativos na economia, será possível obter uma noção maior do impacto causado no poder de compra das famílias brasileiras.

3 IMPACTOS DA CRISE NO PODER DE COMPRA

3.1 Cenário Político e Econômico

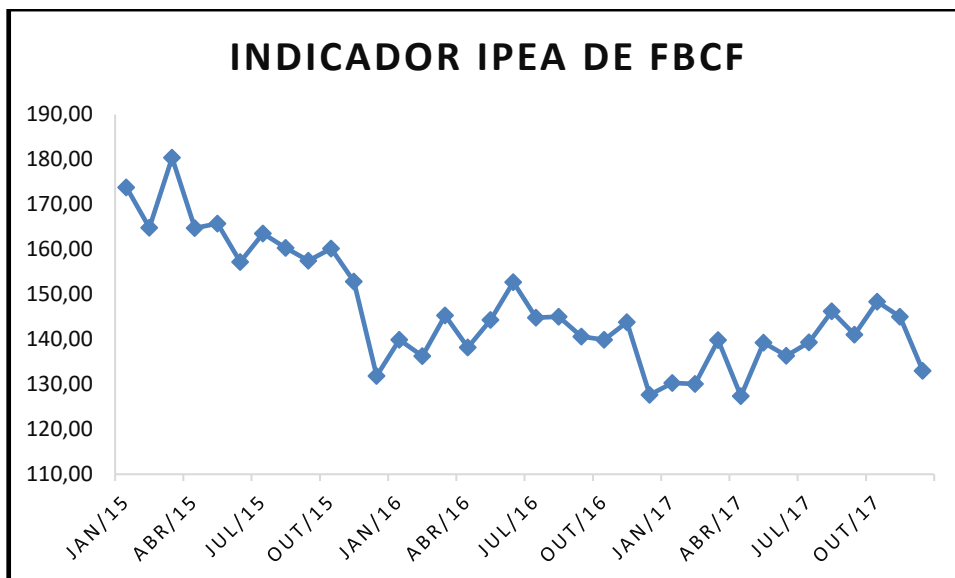
Em 2015, ano marcado pelo início do segundo mandato de Dilma Roussef, a economia brasileira já apresentava sinais de fraquezas. Em um cenário desfavorável interna e externamente, o país caminhava a passos largos para o que viria a ser a pior crise já registrada até então. Antes de se verificar as consequências causadas por esse momento conturbado, este estudo abordará os principais fatores que levaram à sua formação.

A crise resulta de um conjunto de choques de oferta e de demanda. Primeiramente, o conjunto de políticas adotadas a partir de 2011/2012, conhecido como Nova Matriz Econômica (NME), reduziu a produtividade da economia brasileira e, com isso, o produto potencial. Mais, esse choque de oferta possui efeitos duradouros devido à alocação de investimentos de longa recuperação em setores pouco produtivos. Os choques de demanda estão divididos em três grupos. O primeiro engloba o esgotamento da NME a partir do final de 2014. O segundo choque seria a crise de sustentabilidade da dívida pública doméstica de 2015. O terceiro foi a correção do populismo tarifário que demandou uma política monetária contracionista para o controle inflacionário após a perda de credibilidade do Banco Central. Além disso, a consolidação fiscal tentada no ano de 2015 possui impacto menor sobre essa recessão devido à sua baixa magnitude e duração. (BARBOSA FILHO, 2017)

De acordo com Rossi e Mello (2017), também foram responsáveis pela crise fatores como falhas na condução econômica, incerteza eleitoral acerca da eleição de 2014, a queda do preço das *commodities* e o avanço da operação Lava Jato, que afetou setores estratégicos da economia.

Paralelo a esse cenário, duas das maiores agências mundiais de classificação de riscos – Fitch Ratings e Standard & Poor's – rebaixaram a nota de crédito do Brasil. Na prática, a medida significa o aumento da possibilidade de o país não conseguir pagar sua dívida pública, afastando possíveis investidores internacionais. Os déficits fiscais, a dívida do governo e a demora na aprovação da reforma de Previdência foram os principais motivos que influenciaram essa decisão.

Figura 4 — O Indicador Ipea de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) (2015 – 2017) (Índice 1995 = 100)



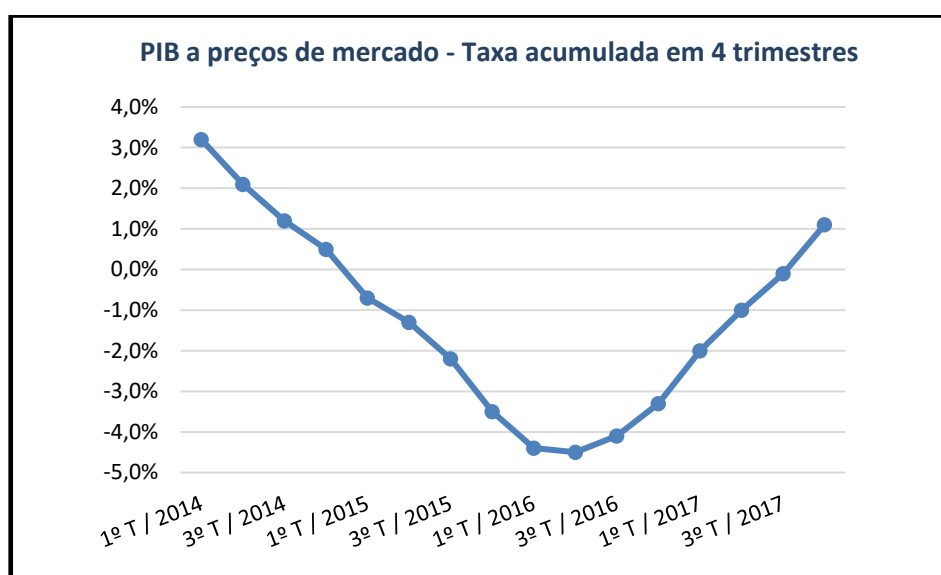
Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Na figura 4, vemos a queda do Indicador Ipea Mensal de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), índice divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que demonstra a taxa de investimento no país. Essa queda se dá, além da queda das importações com a alta do dólar, pelo receio de investidores devido a instabilidade político-econômica em que se encontra o Brasil durante o período analisado, levando grandes empresas como Vale S/A, Petrobrás e Ambev a reduzirem seus investimentos no país entre 2015 e 2016. Em 2015, os investimentos registraram queda de 14,1%.

3.2 Impactos na Economia Durante a Crise

3.2.1 Produto Interno Bruto (PIB)

Figura 5 — Produto Interno Bruto - Brasil (2014 – 2017)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - 2019

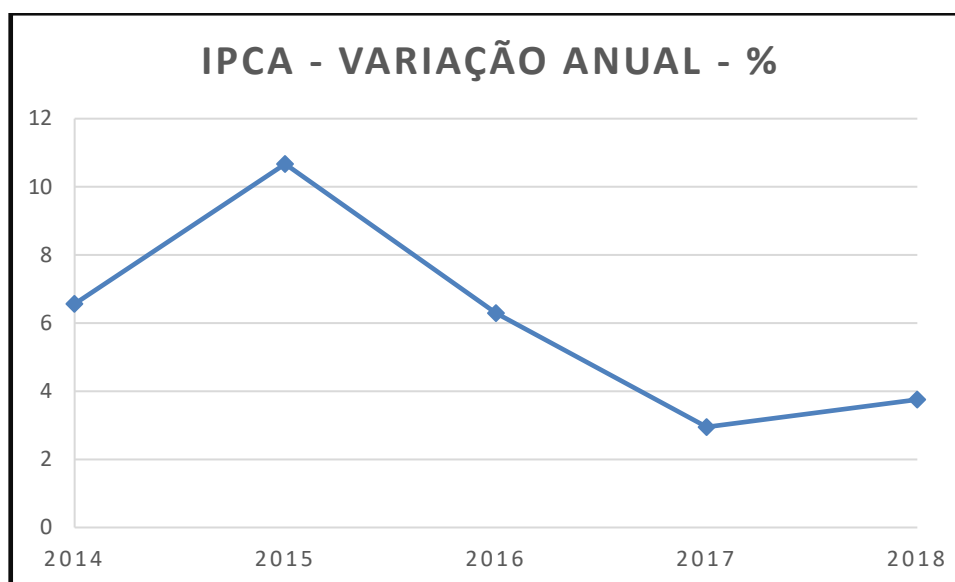
O Produto Interno Bruto, um dos principais indicadores de desenvolvimento do país, é medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que o define como um indicador de fluxo de novos bens e serviços finais produzidos durante um período.

Ao analisar a figura 5, é possível notar duras quedas sofridas pelo PIB brasileiro durante o período de 2014 a 2016, vindo a apresentar uma tímida recuperação somente em 2017. Do segundo trimestre de 2014 ao quarto trimestre de 2016, o PIB apresentou queda em dois anos seguidos, fenômeno conhecido como Recessão Econômica. Juntos, os recuos de 3,8% em 2015 e 3,6% em 2016 formaram a pior recessão econômica já registrada na história do Brasil, com queda nos 3 setores que compõem o cálculo do PIB: Agropecuária, indústria e serviços.

Já em 2017, impulsionado principalmente pelo desempenho da agricultura e pela alta no comércio, os setores de serviços e agropecuária foram responsáveis pelo crescimento de 1% no PIB em 2017, dando fim a recessão iniciada nos anos anteriores.

3.2.2 Inflação

Figura 6 — Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (2014 – 2017)



Fonte: IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

Outro índice importante e de grande impacto é o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, o índice oficial da inflação ao qual se baseia o governo.

O órgão responsável pelo cálculo desta inflação é o IBGE, que o realiza através de uma pesquisa entre famílias com renda mensal de 1 a 40 salários mínimos, buscando acompanhar a variação do preço de nove grupos de consumo e serviços, sendo eles: Alimentos e Bebidas, habitação, artigos de residência, vestuário, transportes, saúde e cuidados pessoais, despesas pessoais, educação e, por fim, comunicação. É importante ressaltar que um aumento isolado nos preços não pode ser caracterizado como inflação, somente quando há alta em uma série dos grupos citados.

Para tentar evitar qualquer tipo de oscilação ou descontrole na inflação, o Conselho Monetário Nacional (CMN) divulga a meta de inflação para o ano, servindo como base para expectativas da população sobre a inflação futura. Assim, com o índice definido, o Copom – Comitê de Política Monetária pode definir a taxa Selic, que também será explorada nesta pesquisa.

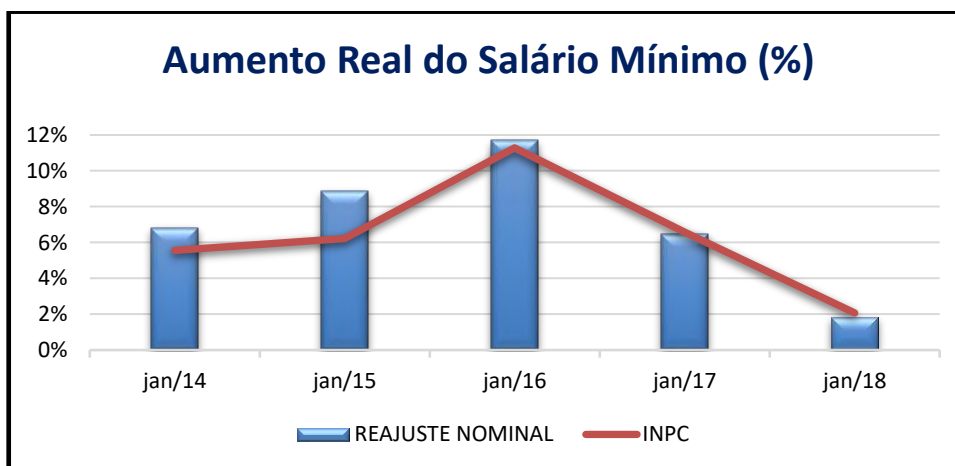
Apesar da inflação oficial ser a explicada anteriormente, IPCA, é importante destacar que ela não é a única. O INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor

também desempenha um papel de muita relevância. É através desse índice que o governo reajusta salários em geral e o salário mínimo, pois, ao contrário do IPCA, este mede a variação de preços entre famílias com rendimentos mensais entre 1 e 5 salários mínimos, que são as mais afetadas pela inflação. Essas famílias são mais sensíveis a variação da inflação porque a tendência é que gastem grande parte de seus rendimentos com itens básicos e de primeira necessidade. Os produtos analisados em ambos indicadores são iguais.

Pode-se afirmar, então, que para que se mantenha o poder de compra de uma população, é necessário que o salário mínimo acompanhe a inflação do país. Se a inflação for maior do que a variação de salário, o cidadão perde poder de compra, passando a ter que desembolsar uma quantia maior por um mesmo item. Ao contrário, se o salário varia além da inflação, aumenta-se o poder de compra da população. É importante destacar também que a inflação não é sentida da mesma forma por todos os consumidores, pois os produtos e serviços consumidos por cada um podem variar, distorcendo o índice divulgado.

A fórmula utilizada para o cálculo do salário mínimo, desde 2006, é a soma da inflação (INPC) mais o crescimento do PIB de dois anos antes. Assim, é garantido que o salário mínimo terá reajuste real, acima da inflação, aumentando o poder de compra do consumidor. A única exceção é quando a economia não cresce, exemplo que veremos abaixo. A grande vantagem deste cálculo é que há o estímulo às compras, aumentando o consumo da população, embora isso possa gerar uma alta na taxa de inflação.

Figura 7 — Aumento Real do Salário Mínimo (2014 – 2018)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do DIEESE - 2019

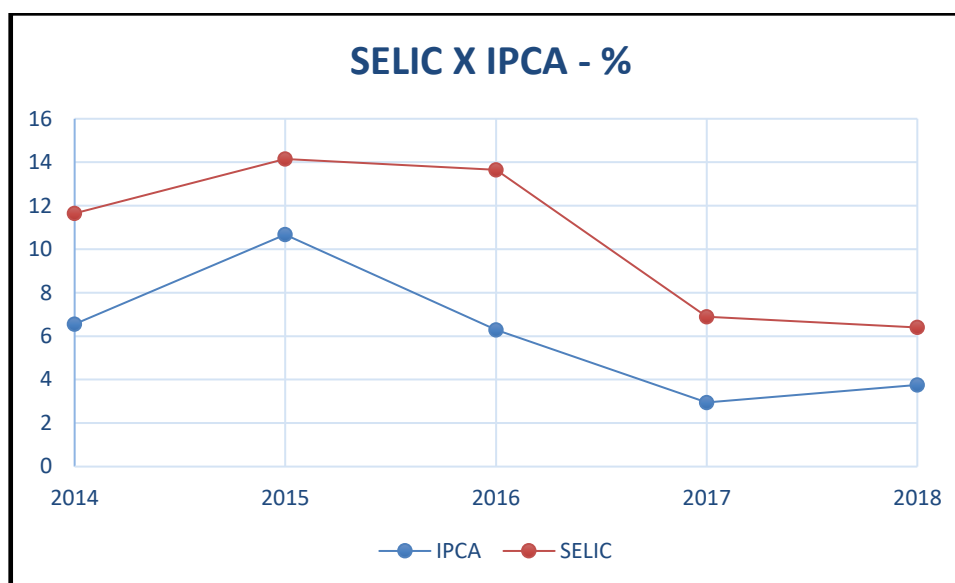
Analisando a figura 7, logo acima, vemos um exemplo prático sobre o tema abordado anteriormente. Ao compararmos o reajuste nominal do período apresentado com o índice INPC, vemos que entre 2014 e 2016 o reajuste do salário foi maior do que o INPC, fazendo com que a população tivesse seu poder de compra aumentado em 1,16% em janeiro de 2014 e 2,46% em janeiro de 2015. Em janeiro de 2016, momento em que a crise brasileira já apresentava sérios sinais de instabilidade, foi registrado um aumento tímido, de apenas 0,36%. Entretanto, o agravamento da crise econômica ao longo de 2016, 2017 e 2018 e a recessão do PIB fizeram com que durante esses dois últimos o aumento real fosse negativo (-0,10% e -0,25%, respectivamente), reduzindo o poder de compra do trabalhador.

3.2.3 Taxa de Juros

Buscando controlar o índice de inflação, explorado anteriormente, o Comitê de Política Monetária (Copom) divulga periodicamente a taxa Selic, a taxa básica de juros da economia. Ao aumentar a Selic o governo torna o crédito mais caro, barrando o incentivo à empréstimos e ao consumo por parte da população. Essa medida geralmente é usada em momentos nos quais há uma alta na inflação, pois ao diminuir o consumo da população é reduzida também a demanda, abaixando o preço de produtos e serviços e conseqüentemente gerando queda na taxa de inflação. A tendência das famílias nessa época é, então, economizar e investir o dinheiro conquistado, pois quanto maior a taxa de juros, maior será o retorno do investimento realizado.

Conseqüentemente, em momentos de retração econômica, o governo estimula o consumo e o desenvolvimento reduzindo a Selic. A redução dessa taxa torna o crédito mais barato, incentivando e barateando seu acesso à população. A população, ao consumir mais, movimenta a economia. Assim, gradualmente, a inflação aumenta e se equilibra.

Figura 8 — Comparação entre SELIC e IPCA anuais (2014-2018)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central do Brasil e IBGE

Através da análise da figura 8, é possível confirmar o comportamento explicado anteriormente. A inflação, como não é determinada por nenhum órgão oficial mas sim pelo comportamento da oferta e da demanda, influencia a taxa de juros fixada pelo Copom. No período da crise, entre 2015 e 2017, nota-se que houve uma queda expressiva no IPCA, que saiu de 10,67% (2015) para 2,95% (2017). Essa queda se explica, principalmente, através da alta generalizada nos preços de itens essenciais, como alimentação, habitação e transporte. Essa alta não veio acompanhada de um reajuste salarial, o que fez com que as famílias precisassem cortar itens essenciais de suas listas, uma vez que seu poder de compra diminuiu.

A taxa Selic, por sua vez, também caiu durante o período de 2015 a 2017, seguindo a tendência da inflação. Como explicado anteriormente, essa redução foi feita com a intenção de baratear o crédito da população e incentivar o consumo, ajustando de acordo com a inflação.

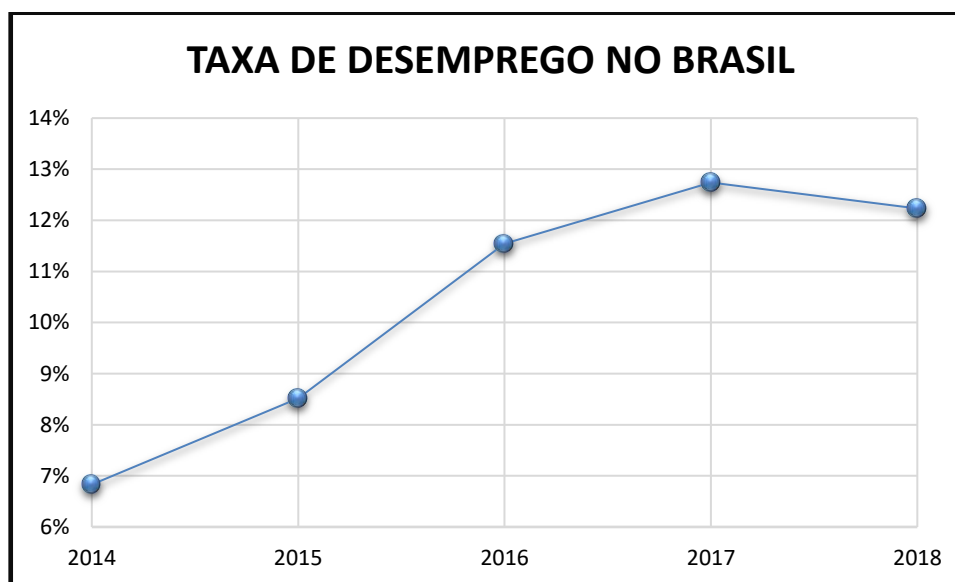
3.2.4 Desemprego

Outro índice importante a ser analisado e que foi gravemente impactado com a crise brasileira foi o desemprego. Divulgado trimestralmente pelo IBGE, a PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios) permite acompanhar as oscilações da força de trabalho no curto, médio e longo prazo. Entre 2014 e 2017, a

taxa de desemprego no país passou de aproximadamente 7% para 13,7%, transformando a vida de milhares de brasileiros que precisaram buscar novas formas de obter seus rendimentos, como o trabalho informal e o por conta própria.

As constantes quedas no PIB, e por consequência a recessão econômica, foram fatores fundamentais para o agravamento do desemprego. Com a economia em crise, muitas empresas e indústrias são obrigadas a fechar as portas por falta de consumidores, uma vez que estes reduzem o consumo por conta da insegurança sobre seus salários e postos de trabalho.

Figura 9 — Taxa de Desemprego no Brasil (2014 – 2018)



Fonte: IBGE – PNAD Contínua

Através da figura 9, é possível perceber o aumento explicado anteriormente. Entre os anos analisados neste trabalho, 2015 e 2017, o índice subiu mais de 4%, agravando a situação de milhares de brasileiros. Ao se deparar com um ambiente adverso, é comum que a população desempregada busque por outras formas de trabalho, como empregos informais e o trabalho por conta própria. Estas outras formas de trabalho que fogem do formal, com carteira assinada, fazem com que o índice de desemprego não tenha uma queda maior, porém, também não são os melhores para incentivar a economia e a criação de novos postos de trabalho, pois ao não ter um salário fixo, a população tende a frear seus gastos com medo das incertezas do futuro. Assim, a economia segue estagnada e não consegue criar novos empregos, formando um ciclo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho buscou, através de uma análise do contexto político-econômico do Brasil durante a 2ª década do século XXI, observar quais foram os fatores que mais tiveram influências sobre o poder de compra do consumidor brasileiro durante a crise de 2015 à 2017. Foi apresentada uma breve descrição da construção do cenário que viria a se transformar nesse período de intensa preocupação e insegurança por parte da população, seguido por uma análise da variação de cada indicador econômico analisado, sendo eles: Produto Interno Bruto (PIB), Inflação, Juros e Desemprego.

Ao verificar o comportamento do PIB, foi encontrado um resultado semelhante ao esperado. Por se tratar de uma crise econômica, é natural que esse indicador tenha uma queda brusca, visto que a crise se traduz pela retração da atividade econômica do país. Esse índice pode ser considerado um dos primeiros a ser analisado quando se busca entender o andamento geral da atividade econômica, pois quanto mais alto, maior a produção de bens e serviços, e, por consequência, maior o desenvolvimento da nação.

O PIB em baixa liga o alerta de atenção para empresários, que são menos estimulados a investir no país. A população, com menos dinheiro no bolso, tende a reduzir seu consumo. Assim, ao reduzir o consumo, a inflação (regulada pela lei da oferta e da demanda) tende a cair, como mostra a figura 6. A inflação baixa, em tese, não tende a prejudicar o poder de compra do consumidor, mas é importante observar sua variação em relação ao salário mínimo: uma inflação maior que o reajuste do salário mínimo se traduz por perda no poder de compra da população.

Para controlar a inflação, o governo utiliza a taxa Selic, a taxa de juros oficial da economia, divulgada pelo Copom a cada 45 dias. Em momentos de alta da inflação, a taxa de juros tende a aumentar, assim como períodos de baixa inflação tendem a manter a taxa de juros baixa. Com isso, o governo consegue barrar o acesso ao crédito em períodos de alta na inflação, o tornando mais caro e, por consequência, reduzindo e equilibrando a inflação.

Como mostrado na figura 8, momentos de crise econômica tendem a vir acompanhados de baixas taxas de juros, como uma forma de baratear o crédito à população, de forma que esta consiga aumentar seu consumo e, assim, movimentar a economia. Um consumo maior por parte da população, por sua vez, é um dos

principais pontos para que o país se recupere e saia da crise, ressaltando a importância de níveis baixos de desemprego.

Assim, somente através de uma análise conjunta dos índices de desemprego, taxa de juros, inflação e PIB é possível determinar seus reais efeitos à economia do país e, conseqüentemente, à população. O poder de compra, como mostrado nesse trabalho, piora expressivamente com a queda de tais índices, pois não há o reajuste necessário por parte do salário mínimo. Assim, com menos postos de trabalhos abertos, cresce os números de desempregados e trabalhadores informais, situação em que não há o estímulo necessário para a recuperação da economia. Esse ciclo, então, tende a se agravar, cabendo ao governo tomar medidas que estimulem a recuperação econômica do país e de seu povo, para que este não perca cada vez mais seu poder de compra e sua qualidade de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARENGA, Barbara de Souza; SANTOS, Fernando de Almeida. Estudo Comparativo sobre o PIB e a Inflação no Brasil. Revista Faetec Zona Sul, ed. 1ª, Outubro 2014.

BALASSIANO, Marcel Grillo. Recessão Brasileira (2014-2016): Uma Análise por Meio do Método do Controle Sintético do PIB, PIB per capita, Taxa de Investimento e Taxa de Desemprego. Texto para Debate. Anpec 2018. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2018/submissao/files_l/i4-e40f41cc1badaf4207dc9dc7f5823cc8.pdf. Acesso em: 12 out. 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Controle e Inflação. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao>. Acesso em: 26 out. 2019

BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. A crise econômica de 2014/2017. **Estud. av.**, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 51-60, Apr. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100051&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 out. 2019

BONIFACIO, Gustavo Roberto. Desemprego e Inflação: reflexões sobre as causas e consequências no Brasil. Fórum Liberdade Econômica, Londrina, 2017.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 12 out. 2019.

IBGE. Inflação. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>. Acesso em 28 set. 2019

IBGE. Produto Interno Bruto. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 28 set. 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã (Feuerbach). 5a ed., São Paulo: Hucitec, 1986.

MATTOS, Marcelo Badaró. Classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate conceitual. Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ, nº 20, 2007.

ROSSI, Pedro; MELO, Guilherme. Choque recessivo e a maior crise da história: A economia brasileira em marcha à ré. Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica - IE/UNICAMP, abril 2017. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/NotaCecon1_Choque_recessivo_2.pdf. Acesso em: 21 out. 2019.